

NOTÍCIAS E LEGISLAÇÃO

Laboratório indenizará propagandista obrigado a provar remédios em reuniões de trabalho - 17/02/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Eurofarma Laboratórios S. A. contra a condenação ao pagamento de R\$ 100 mil de indenização a um propagandista vendedor que era obrigado a consumir remédios de laboratórios concorrentes em reuniões de trabalho. A empresa já havia sido condenada anteriormente por dano moral coletivo em razão da mesma prática. ([RRAg-12127-42.2016.5.15.0106](#))



Encerrada a suspensão do Tema 1066 de Repercussão Geral

Em 17/02/2021 foi publicado o acórdão de homologação de acordo nos autos do [RE 1171152](#) (Tema 1066 de Repercussão Geral) que versa sobre a possibilidade de o Poder Judiciário (i) estabelecer prazo para o Instituto Nacional do Seguro Social realizar perícia médica nos segurados da Previdência Social e (ii) determinar a implantação do benefício previdenciário postulado, caso o exame não ocorra no prazo.

Com a homologação do acordo, o processo foi extinto e retirado da sistemática de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, não subsistindo a suspensão anteriormente determinada pelo relator, Ministro Alexandre de Moares. A decisão transitou em julgado em 17/02/2021, com a sua publicação no Diário da Justiça eletrônico.

Confira [aqui](#) a tabela de suspensões vigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Atualização dos débitos trabalhistas: publicada a ata de julgamento da ADI 5867, ADI 6021, ADC 58 e ADC 59

O Supremo Tribunal Federal, na sessão plenária de 18/12/2020, julgou o mérito das ações que questionam a constitucionalidade do art. 879, § 7º, e do art. 899, § 4º, da [CLT](#), com redação da pela [Lei nº 13.467](#), de 13 de julho de 2017, [ADI 5867](#), [ADI 6021](#), [ADC 58](#) e [ADC 59](#), bem como modulou os efeitos da decisão.

Confira os termos da decisão na [Ata de julgamento nº 40](#), de 18/12/2020, publicada no DJe em 12/02/2021. Vale lembrar que, nos termos do art. 2º, inciso I, do [Ato GP/VPJ nº 01/2019](#), a suspensão processual é encerrada com a publicação do acórdão, ressalvada decisão em contrário.

TRT2

[Ato n. 8/GP, de 12 de fevereiro de 2021](#)

Institui o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD) e o Grupo de Apoio à Proteção de Dados deste Regional, define suas atribuições e composições.

Outros

[Resolução n. 371/CNJ, de 12 de fevereiro de 2021](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 227/2016](#), que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

ATOS NORMATIVOS

TRT2

[Ato n. 7/GP, de 9 de fevereiro de 2021](#)

Constitui o Comitê de Crises Cibernéticas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

[Ato n. 9/GP, de 12 de fevereiro de 2021](#)

Atribui o exercício das funções de Controlador e de Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais aos indicados, na forma exigida pela Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

[Edital de Promoção n. 3, de 8 de fevereiro de 2021](#)

Concurso de promoção destinado ao provimento do cargo de Desembargador do Trabalho.

[Ofício Circular n. 5/GP, de 9 de fevereiro de 2021](#)

Plano de Retorno Gradual às Atividades Presenciais.

[Portaria n. 6/GP, de 12 de fevereiro de 2021](#)

Designa o “Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais” deste Tribunal e seu suplente, na forma definida pela Lei Geral de Proteção de Dados e demais normativos afetos.

[Portaria n. 7/GP, de 12 de fevereiro de 2021](#)

Designa os integrantes do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD) e do Grupo de Apoio à Proteção de Dados deste Tribunal.

Outros

[Ato n. 7/CSJT.GP.SG.AGGEST, de 1º de fevereiro de 2021](#)

Institui o Prêmio “Cooperari - Estratégias para Evoluir” na Justiça do Trabalho.

[Ato n. 16/CSJT.GP.SG, de 3 de fevereiro de 2021](#)

Apresenta a composição do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

[Ato n. 18/CSJT.GP.SG.SGPES, de 4 de fevereiro de 2021](#)

Torna pública a lista de magistrados em condições de serem removidos previamente à solicitação de apreciação de movimentações pelos Tribunais Regionais do Trabalho e estabelece prazo de desistência.

[Ato n. 21/CSJT.GP.SG.SGPES, de 11 de fevereiro de 2021](#)

Torna pública a lista atualizada de magistrados em condições de serem removidos previamente à solicitação de apreciação de movimentações pelos Tribunais Regionais do Trabalho e estabelece prazo de impugnação.

[Ato Conjunto n. 3/TST.CSJT.GP, de 10 de fevereiro de 2021](#)

Institui a Marca Comemorativa do 80º (Octogésimo) aniversário de instalação da Justiça do Trabalho no Brasil.

[Medida Provisória n. 1.029, de 10 de fevereiro de 2021](#)

Altera a [Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017](#), que dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta.

[Portaria n. 9/IN.SG.PR, de 4 de fevereiro de 2021](#)

Dispõe sobre publicação de atos no Diário Oficial da União.

[Portaria n. 51/CNJ, de 11 de fevereiro de 2021](#)

Altera a [Portaria nº 240/2020](#), que designa integrantes do Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos e de propostas voltadas ao fortalecimento dos precedentes no sistema jurídico.

[Portaria n. 53/CNJ, de 11 de fevereiro de 2021](#)

Designa os membros do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário.

[Portaria n. 68/CJF, de 10 de fevereiro de 2021](#)

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação de Segurança Cibernética na Justiça Federal, de que tratam as Resoluções CNJ n. [360](#), n. [361](#) e n. [362](#), de 17 de dezembro de 2020.

[Resolução n. 1/GCGJT, de 5 de fevereiro de 2021](#)

Disciplina o encaminhamento à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de decisões concernentes aos procedimentos de natureza disciplinar em trâmite nos Tribunais Regionais do Trabalho.

[Resolução n. 372/CNJ, de 12 de fevereiro de 2021](#)

Regulamenta a criação de plataforma de videoconferência denominada “Balcão Virtual”

[Resolução nº 373/CNJ, de 12 de fevereiro de 2021](#)

Altera o art. 4º-A da [Resolução CNJ nº 34/2007](#), que dispõe sobre o exercício de atividades do magistério pelos integrantes da magistratura nacional.

[Resolução Administrativa n. 2204, de 8 de fevereiro de 2021](#)

Referenda o [Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 54/2020](#), que institui a plataforma de videoconferência para realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos da Justiça do Trabalho.

[Súmula n. 643/STJ, de 12 de fevereiro de 2021](#)

A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.

[Súmula n. 644/STJ, de 12 de fevereiro de 2021](#)

O núcleo de prática jurídica deve apresentar o instrumento de mandato quando constituído pelo réu hipossuficiente, salvo nas hipóteses em que é nomeado pelo juízo.

[Súmula n. 645/STJ, de 12 de fevereiro de 2021](#)

O crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.

JURISPRUDÊNCIA

TRT2

É inconcebível a inversão do ônus da prova para diferenças de FGTS - DeJT 28/01/2021

Conforme relatório do Juiz Convocado Marcos Neves Fava em julgamento da 15ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região: “Diferenças de FGTS. Ônus da prova. [Súmula 461](#), TST. Inversão inconcebível. Regra geral de direito comum. Pedido Procedente. A respeitável sentença indeferiu o pedido de diferenças do FGTS, calcada na alegação de que o autor "poderia" juntar extratos da conta do Fundo. Poderia, mas não deveria, pois que a distribuição do ônus da prova (artigos 818, da [CLT](#), e 373, do [CPC](#)) indica que tal encargo sobrecarrega os ombros do devedor. Difícil entender essa lógica inversa que se aplica no Direito do Trabalho, se comparada com a realidade de quaisquer outras relações jurídicas. Ninguém aventaria uma sentença do juiz cível que indeferisse a cobrança de alugueres promovida pelo locador (credor) sob o argumento de que ele "poderia" ter juntado extratos de sua conta, para provar que não recebeu. Com o FGTS, entretanto, é comum que se proceda à inversão do ônus da prova, retirando-o do devedor, para atribuí-lo ao credor. Não havendo, como não existiu, negativa do inadimplemento, o pedido é procedente, inclusive quanto à providência a que alude o artigo 50, do [Decreto 99.684](#). Recurso provido." (Processo [1000704-43.2018.5.02.0241](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

Acúmulo de atividade de motorista e cobrador não gera direito ao adicional de acúmulo de função - DeJT 8/02/2021

Segundo relata a Juíza Convocada Regina Celi Vieira Ferro em acórdão da 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região: “Acúmulo de função. Motorista. Cobrador. Art. 456 da [CLT](#). A teor do artigo 456, parágrafo único, da [CLT](#) o empregado se obriga a todo serviço compatível com sua condição pessoal, do que resulta a possibilidade da atribuição de novas tarefas além daquelas inicialmente pactuadas. Ainda que na função de motorista, a atividade de cobrador não atribui direito ao adicional por acúmulo de função, porque ausente fundamento legal ou convencional a ensejar a pretensão.” (Processo [1001061-32.2019.5.02.0065](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

Omissão de direito na regulamentação própria de aeronauta permite a aplicação da regra geral prevista na CLT - DeJT 9/02/2021

Em consonância com o acórdão relatado pelo Juiz Convocado Rodrigo Garcia Schwarz, da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região: "Aeronauta. Adicional noturno. Horas noturnas trabalhadas em solo. Incidência. Ainda que a profissão de aeronauta tenha regulamentação peculiar, é de se concluir que, se a legislação especial aplicável à categoria, juntamente com as normas coletivas de trabalho a ela aplicáveis, não dispõem sobre o direito - ou não - ao adicional noturno sobre as horas noturnas trabalhadas em solo, por certo que tal questão, de per si, não afasta a aplicação do regramento ordinário, previsto no artigo 73 da [CLT](#), como regra geral. Embora a [Lei nº 7.183/84](#) não tenha disposição específica estabelecendo, em favor do aeronauta, o pagamento do adicional noturno em relação às horas trabalhadas em solo no período noturno, a Constituição da República estabelece textualmente, sem qualquer exceção, que o trabalho efetuado em horário noturno deve ter remuneração superior à do trabalho diurno. Assim, considerando-se que a [Lei nº 7.183/84](#) é omissa em relação à forma de remuneração das horas trabalhadas em solo no período noturno, sendo também omissas as normas coletivas de trabalho quanto à questão, aplica-se ao caso, porque não excepcionada expressamente por qualquer preceito legal ou normativo, a norma geral contida no artigo 73 da CLT, de ordem pública, ancorada em preceito constitucional, cuja finalidade é conferir proteção ao trabalhador que se submete a horário de trabalho mais penoso. A Lei nº 7.183/84 não desobriga o empregador do pagamento do adicional noturno, previsto no artigo 73 da [CLT](#) e no artigo 7º, inciso IX, da [Constituição da República](#). Honorários advocatícios sucumbenciais. Reclamação trabalhista ajuizada antes do advento da [lei nº 13.467/2017](#). Entendimento prevalente. Fixou-se nesta C. Turma o entendimento prevalente de que o regime de honorários sucumbenciais previsto no art. 791-A da [CLT](#), incluído pela [Lei nº 13.467/2017](#), não se aplica àquelas reclamações trabalhistas ajuizadas anteriormente à vigência da referida lei, porque as regras atinentes aos honorários advocatícios de sucumbência possuem natureza híbrida." (Processo [1001954-05.2017.5.02.0320](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

O simples fato de o empregador estabelecer critérios para uso do banheiro, não gera, por si só indenização por danos morais - DeJT 10/02/2021

Essa é a compreensão da 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, como relata em acórdão a Juíza Convocada Maria de Fátima da Silva: "Indenização por danos morais. Restrição de uso do banheiro. Cumprimento de metas. A caracterização do dano moral indenizável está vinculada à ocorrência de ofensas injustas à intimidade, privacidade, honra ou imagem ([Constituição Federal](#), artigo 5º, X). É preciso, porém, que a ofensa se espalhe aos olhos e ouvidos de outras pessoas, no âmbito interno da empresa ou no âmbito social externo e que essa ofensa produza indistigável desconforto perante a sociedade onde a pessoa vive. Não basta a pessoa "sentir-se" ofendida para que adquira o direito à indenização. Por outro lado, a responsabilização civil prevista nos artigos 186 e 927, ambos do [Código Civil](#), só será pertinente se do ato tido como abusivo decorrer dano devidamente provado. Infere-se pelos esclarecimentos prestados pela prova oral produzida que o uso dos toaletes não era vedado, mas tão somente controlado. Não se constata em relação a este fato qualquer excesso ou abuso do empregador, de forma a causar à obreira prejuízo de forma subjetiva. O simples fato do empregador estabelecer critérios e orientação para utilização de uso do banheiro, não caracteriza, por si só, rigor excessivo, notadamente ao se considerar a atividade desenvolvida pela reclamante, que envolve o atendimento telefônico constante de clientes, não havendo comprovação de que tivesse suportado restrições indevidas, constrangimentos ou necessidades fisiológicas extremas, em razão do impedimento do uso do banheiro fora dos intervalos preestabelecidos. No tocante ao cumprimento de metas, não há provas de que houvesse o cometimento de abusos no exercício do poder diretivo da reclamada ou de que esta tivesse exposto a autora a uma situação vexatória, o que ensejaria o direito ao postulado. Assim, não há se falar em indenização por danos morais". (Processo [1001490-37.2019.5.02.0311](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

Aluguéis oriundos do exercício de direito de usufruto de imóvel não podem ser penhorados - DeJT /02/2021

De acordo com o relatado pelo Desembargador do Trabalho Eduardo de Azevedo Silva em acórdão da 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região: "Execução. Imóvel gravado com cláusula de usufruto. Penhora de aluguéis. Aluguéis advindos do exercício do usufruto do imóvel, de titularidade de terceiro estranho à lide. Circunstância que inviabiliza a

penhora. Agravo de Petição do exequente a que se nega provimento.” (Processo [0000149-97.2011.5.02.0076](#)) (fonte: Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental)

BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA DO TRT2 - 3/2021

TST

Indústria é condenada por irregularidades que resultaram na morte de empregado por choque elétrico - 5/02/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de R\$ 35 mil para R\$ 100 mil o valor da condenação por dano moral coletivo que a Fox Plásticos da Amazônia Ltda., de Manaus (AM), terá de pagar depois da morte de um empregado por choque elétrico. O valor inicialmente arbitrado foi considerado baixo pelo colegiado, diante das ilegalidades constatadas e que resultaram no acidente fatal. ([RR-10403-28.2013.5.11.0006](#))

Cortador de cana poderá acumular adicional de insalubridade e intervalo de recuperação térmica - 5/02/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Biosev Bioenergia S.A. a pagar horas extras a um cortador de cana-de-açúcar decorrentes da não concessão do intervalo para recuperação térmica. Segundo a Turma, o pagamento do adicional de insalubridade pela exposição ao calor não afasta o direito ao intervalo, cuja supressão implica o pagamento de horas extras. ([RR-11093-72.2017.5.15.0146](#))

Vara do Trabalho deve julgar pedido de empresa de ineficácia de cláusulas de convenção coletiva - 8/02/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o juízo da 2ª Vara do Trabalho de João Monlevade (MG) julgue uma ação ajuizada pela DMA – Distribuidora S.A. visando à declaração da ineficácia de cláusulas integrantes da convenção coletiva de trabalho (CCT) acordada entre o Sindicato de Trabalhadores do Comércio de Itabira e Região e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomercio/MG). Segundo a Turma, nos casos em que a empresa ajuíza a ação em relação a si própria, trata-se de ação individual, cuja competência é do juízo de primeiro grau. ([RR-10510-24.2018.5.03.0102](#))

Banco terá de ajuizar nova ação para receber valor pago a maior em condenação - 8/02/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão que havia autorizado a devolução de R\$3.782 ao Banco Bradesco S.A. pagos a mais a um ex-empregado, na própria ação em que foi condenado. A decisão segue o entendimento do Tribunal de que a devolução de valores recebidos indevidamente deve ser pleiteada por outro tipo de ação, denominada repetição de indébito. ([RR-930-86.2014.5.03.0044](#))

Cuidadora de lar de idosos não receberá adicional de insalubridade - 8/02/2021

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, isentar a Associação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristão, de São Leopoldo (RS), de pagar o adicional de insalubridade a uma cuidadora de idosos. A Turma, ao prover o recurso da associação, considerou que a atividade não se enquadra como insalubre, conforme as normas técnicas do extinto Ministério do Trabalho. ([RR-20717-49.2015.5.04.0332](#))

Banco não consegue alterar decisão com alegação de que empregado era estelionatário - 9/02/2021

Segundo a 4ª Turma, o crime alegado pelo banco não tem relação com o motivo da condenação. A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso em que o Banco do Brasil S.A. buscava reverter a condenação ao pagamento de indenização a um empregado de Aracaju (SE), com o argumento de que havia indícios de crime de estelionato. Contudo, segundo o colegiado, o crime alegado pelo banco não tem nenhuma relação com a exigência excessiva de metas, fato que motivou a ação. ([RR-1780-81.2017.5.20.0006](#))

Condenação por má-fé não afasta direito de sócio de site de vendas à justiça gratuita - 9/02/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu o benefício da justiça gratuita a um empresário que foi multado por litigância de má-fé após a demonstração de que era sócio do sítio eletrônico de vendas House of Motors, de Curitiba (PR), do qual alegava ser empregado. Segundo a Turma, a litigância de má-fé não afasta a concessão do benefício. ([ARR-490-02.2015.5.09.0008](#))

Frigorífico não terá de pagar horas de deslocamento no período posterior à Reforma Trabalhista - 9/02/2021

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho absolveu a Seara Alimentos da condenação ao pagamento de horas de deslocamento (in itinere) a uma operadora de produção de Santa Catarina em relação ao período posterior à vigência da Reforma Trabalhista ([Lei 13.467/2017](#)). Embora o contrato tenha sido firmado antes da alteração legislativa, o colegiado entendeu que o direito ao pagamento deve ter como marco final o início da vigência da lei. ([RR-21187-34.2017.5.04.0551](#))

Município deve recolher contribuição sindical de músicos contratados para shows - 10/02/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Município de Fundão (ES) a recolher a contribuição sindical dos músicos profissionais autônomos contratados pela prefeitura para realizar shows. Os ministros assinalaram que, de acordo com a legislação, a obrigação de reter e repassar os valores é do contratante. ([RR-1188-64.2017.5.17.0121](#))

Eletricista de manutenção de rede de energia receberá adicional de periculosidade - 10/02/2021

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a empresa paulista M&G Fibras e Resinas Ltda. a pagar o adicional de periculosidade a um eletricista que fazia manutenção de redes e de componentes de alta e baixa tensão, energizada ou não. De acordo com a jurisprudência do TST, o contato com o agente de risco, ainda que por poucos minutos diários, caracteriza a exposição intermitente. ([RR-2414-72.2012.5.15.0077](#))

Professor universitário dispensado no início do semestre letivo terá direito a indenização - 10/02/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura – Universo, de Juiz de Fora (MG), deve indenizar um professor universitário por tê-lo demitido no segundo dia do semestre letivo. Conforme a Turma, a dispensa no início das aulas prejudicou o professor na busca por um novo emprego. ([RR-12061-14.2016.5.03.0036](#))

Negado adicional de insalubridade por uso de fone de ouvido a operadora de telemarketing - 11/02/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta à Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S. A. o pagamento do adicional de insalubridade a uma operadora de telemarketing que prestava serviços para a RGE Sul Distribuidora de Energia S. A. em São Leopoldo (RS). De acordo com o colegiado, a parcela não é devida, porque as funções da empregada não constam da lista de atividades insalubres elaborada pelo extinto Ministério do Trabalho (atual Secretaria Especial de Previdência e Trabalho). ([RR-1225-79.2012.5.04.0331](#))

Recepcionista de motel vítima de assalto deve receber indenização - 11/02/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Briote Service Motel Ltda., de Londrina (PR), ao pagamento de indenização a uma recepcionista vítima de assalto a mão armada durante o serviço, em uma madrugada de setembro de 2015. Conforme a decisão, a conduta da empresa de não providenciar substituição para o vigia no dia do assalto é ilícita. ([RRAg-675-46.2017.5.09.0242](#))

Instrutores de motocicleta em autoescola receberão adicional de periculosidade - 12/02/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Centro de Formação de Condutores Kazuo Ltda., de Pirassununga (SP), a pagar o adicional de periculosidade a instrutores práticos de motocicleta. Para os ministros, o trajeto entre a autoescola e o local das aulas, de seis quilômetros (ida e volta), feito em cerca de 12 minutos, diversas vezes ao

dia, não caracteriza tempo extremamente reduzido de exposição ao risco, a ponto de afastar o direito à parcela. ([RR-10568-86.2018.5.15.0136](#))

Ator contratado por meio de PJ não obtém vínculo de emprego com emissora de TV - 12/02/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um ator que pretendia o reconhecimento de vínculo de emprego com a Rádio e Televisão Record S.A., com quem mantivera contrato como pessoa jurídica (PJ). A Turma não verificou, na decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) que afastou a existência do vínculo, ofensa a dispositivos de lei ou à jurisprudência. ([RR-1001775-65.2016.5.02.0010](#))

Trabalhador com câncer de mama será reintegrado no emprego após dispensa discriminatória - 12/02/2021

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou discriminatória a dispensa por justa causa aplicada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) a um empregado com câncer de mama. A empresa argumentou que ele havia abandonado o emprego, mas diversas faltas foram justificadas por atestados médicos que relatavam a doença. De acordo com a jurisprudência do TST ([Súmula 443](#)), presume-se arbitrária a dispensa de trabalhador com doença grave que suscite estigma ou preconceito, cabendo prova contrária ao empregador. Para o colegiado, a CSN não se desincumbiu desse ônus.

Vendedora receberá comissões estornadas pela loja por inadimplência do comprador - 17/02/2021

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento ao recurso da Magazine Luiza S.A. contra a condenação ao pagamento, a uma vendedora, das diferenças relativas ao estorno de comissões em consequência de inadimplência ou desistência do comprador. Segundo o colegiado, o direito à comissão surge após encerrada a transação pelo vendedor, sendo indevido o desconto no pagamento por condições posteriores à venda. ([ARR-10519-62.2017.5.03.0185](#))

Reversão de justa causa na Justiça não garante reparação a vendedor - 17/02/2021

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou da condenação imposta à Icavi Indústria de Caldeiras Vale do Itajaí S. A., de Pouso Redondo (SC), o pagamento de indenização por dano moral a um vendedor orçamentista que conseguiu reverter, na Justiça, sua dispensa por justa causa. Segundo os ministros, não houve comprovação de que a empresa teria divulgado informações que pudessem abalar a honorabilidade do empregado. ([RR-684-67.2019.5.12.0011](#))

Trabalhador que não justificou ausência em audiência terá de pagar custas processuais - 18/02/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu pedido da Construtora Villela e Carvalho Ltda., de Brasília (DF), e restabeleceu a condenação de um prestador de serviços ao pagamento das custas processuais, em razão da sua ausência injustificada à audiência inicial. O colegiado seguiu a alteração introduzida pela Reforma Trabalhista ([Lei 13.467/2017](#)), que prevê que, nessa situação, a ação é arquivada e a parte ausente deve arcar com as custas do processo. ([RR-866-17.2018.5.10.0020](#))

Empresa é condenada por registrar licenças médicas na carteira de trabalho de empregada - 18/02/2021

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho, restabeleceu a condenação imposta à Cencosud Brasil S.A. ao pagamento de indenização de R\$ 2.500 a uma comerciária de Aracaju (SE), por ter registrado as licenças médicas em sua carteira de trabalho. Para o colegiado, a medida pode prejudicar a obtenção de novo emprego. ([E-RR-8-22.2013.5.20.0007](#))

TST define competência para julgar ação de trabalhador contratado por meio de site de empregos - 18/02/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que é da Vara do Trabalho de Brasília a competência para julgar ação ajuizada por um técnico de manutenção hospitalar de Águas Lindas (GO) contratado pela internet pela Engebio Nordeste. Os exames admissionais ocorreram em Brasília (DF), o contrato foi firmado em Recife (PE) e a prestação de serviços se deu em Natal (RN). Ao analisar o conflito de competência suscitado pela Vara de Currais Novos (RN), o relator,

ministro Márcio Amaro, disse que é preciso considerar a “realidade fenomênica do mundo atual” na aplicação da regra de competência territorial. ([CCCiv-232-81.2019.5.21.0019](#))

STF

PT pede acesso de pessoas trans às especialidades médicas condizentes com suas necessidades biológica - 5/02/2021

O Partido dos Trabalhadores (PT) ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 787) para questionar atos do Ministério da Saúde relativos à atenção de saúde primária de pessoas transexuais e travestis. Segundo argumenta, entraves no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) impedem o acesso desse grupo ao atendimento de saúde condizente com suas necessidades. A ação foi distribuída ao ministro Gilmar Mendes. ([ADPF 787](#))

Encerrada ação penal contra advogada que desobedeceu ordem de não utilizar celular em audiência - 8/02/2021

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu *Habeas Corpus* (HC 194092) para determinar o trancamento de ação penal aberta contra uma advogada que desobedeceu à ordem de um juiz do trabalho de não usar o aparelho de celular durante uma audiência. Segundo o ministro, o uso do celular por advogado em audiência está previsto em lei e independe de autorização judicial. ([HC 194092](#))

Ministro anula decisão que declarou ilícita terceirização de concessionária de telefonia - 8/02/2021

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou decisão da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que considerou ilícita a terceirização dos serviços de teleatendimento pela concessionária de serviços de telefonia TIM Celular S. A. A decisão foi tomada nos autos da Reclamação (RCL) 45687, proposta pela AEC Centro de Contatos S/A, prestadora dos serviços. ([Rcl 45687](#))

STF conclui que direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal - 12/02/2021

Por decisão majoritária, na quinta-feira (11), o Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu que é incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento que possibilite impedir, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos em meios de comunicação. Segundo a Corte, eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, com base em parâmetros constitucionais e na legislação penal e civil. ([RE 1010606](#))

STF confirma obrigatoriedade do uso de máscaras por trabalhadores do sistema prisional - 17/02/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a plena vigência da regra que obriga o uso de máscara de proteção individual a todos os trabalhadores dos estabelecimentos prisionais e de cumprimento de medidas socioeducativas, incluídos os prestadores de serviço. Também foi mantido dispositivo que determina a afixação de cartazes informativos sobre o uso correto de máscaras e as medidas de distanciamento social para combate à pandemia de Covid-19 por órgãos, entidades e estabelecimentos diversos.

Plenário invalida lei cearense que proíbe bloqueio de internet após consumo da franquia - 17/02/2021

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade da [Lei estadual 16.734/2018](#) do Ceará, que proíbe as operadoras de telefonia móvel de bloquearem o acesso à internet após o esgotamento da franquia de dados acordados contratualmente por seus usuários. Por decisão majoritária, tomada na sessão virtual finalizada em 5/2, a Corte acompanhou o voto do ministro Dias Toffoli e julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6089, ajuizada pela Associação das Operadoras de Celulares (Acel). ([ADI 6089](#))

Fux afasta decisão que suspendeu efeitos da reforma da previdência de São José dos Campos (SP) - 18/02/2021

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, concedeu medida liminar para suspender os efeitos de decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) contra norma que instituiu a reforma previdenciária dos servidores públicos de São José dos Campos (SP). A decisão foi proferida na Suspensão de Liminar ([SL 1426](#)), em que o município alegava haver potencial de grave lesão à ordem e à economia públicas, já afetadas pelas medidas de combate à Covid-19.

STJ

Requisitos para efeito suspensivo em embargos à execução são cumulativos - 5/02/2021

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu provimento ao recurso de um fundo de investimentos para revogar o efeito suspensivo dado aos embargos à execução opostos contra ele, em razão da ausência do requisito da garantia por penhora, depósito ou caução. Para o colegiado, os requisitos estabelecidos no Código de Processo Civil ([CPC](#)) para que, em tais situações, o julgador possa conceder a suspensão são cumulativos. ([REsp 1846080](#))

Ação de ressarcimento de benfeitorias em imóvel alugado prescreve em três anos a contar da rescisão do contrato - 8/02/2021

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo de três anos para o ex-locatário ajuizar pedido de ressarcimento das benfeitorias realizadas no imóvel deve ser contado a partir do trânsito em julgado da ação na qual foi declarado rescindido o contrato de aluguel. ([REsp 1791837](#))

Ação para cobrar parcelas de empréstimo consignado em folha de pagamento prescreve em cinco anos - 9/02/2021

É de cinco anos o prazo prescricional para a propositura de ação de cobrança em razão da falta de pagamento das parcelas com previsão de desconto no contracheque do devedor, decorrente da perda da margem consignável. ([REsp 1742514](#))

Juiz não pode negar inclusão de devedor em cadastro negativo só porque credor tem condições de fazê-lo - 10/02/2021

Embora o juiz tenha discricionariedade para decidir sobre a inclusão do devedor em cadastro de inadimplentes – mas sempre mediante pedido do credor, nos termos do artigo 782, parágrafo 3º, do Código de Processo Civil ([CPC](#)) –, ele não pode criar restrições para a medida que não estejam previstas na própria legislação – por exemplo, exigindo comprovação de hipossuficiência da parte credora. ([REsp 1887712](#))

Embargos de terceiro não são via adequada para impugnar ordem de despejo - 10/02/2021

Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os embargos de terceiro não são a via processual adequada para a defesa dos ocupantes de um imóvel impugnar ordem de despejo em ação da qual não fizeram parte, ajuizada contra o suposto locatário. ([REsp 1714870](#))

Desastre de Mariana: Justiça amplia categorias indenizadas em Rio Doce (MG) - 11/02/2021

Sentença da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte (MG) ampliou as categorias formais e informais que podem ser indenizadas pelos danos sofridos com o rompimento da barragem de mineração em Mariana (MG), em novembro de 2015. A decisão foi tomada na adesão da Comissão de Atingidos de Rio Doce (MG) ao novo Sistema Indenizatório Simplificado da Fundação Renova (NOVEL). Com a adoção do sistema indenizatório simplificado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), está sendo possível garantir compensações financeiras médias de R\$ 100 mil, com algumas categorias recebendo quase R\$ 600 mil. E a nova sentença repercute também nos demais 13 municípios que já aderiram anteriormente.

Onerosidade excessiva invalida exigência de pagamento mínimo em plano de saúde coletivo - 12/02/2021

Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a cláusula contratual de cobrança mínima, no caso de evasão de usuários de plano de saúde coletivo, que se torna, ela própria, fator de onerosidade excessiva para a estipulante e vantagem exagerada para a

operadora, autoriza a revisão ou rescisão do contrato, nos termos dos artigos 478 e 479 do [Código Civil de 2002](#). ([REsp 830065](#))

Quarta Turma considera impenhoráveis recursos do BNDES repassados à cooperativa para recuperação durante estíagem - 12/02/2021

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou recurso especial de uma empresa para que fosse reconhecido o seu direito, como credora, à penhora de 30% dos recursos repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a uma cooperativa no âmbito do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro). Ao manter o acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a turma considerou que a origem pública da verba e a sua destinação – a recuperação de cooperativas durante período de estíagem no Rio Grande do Sul, em 2011 – enquadram os recursos como impenhoráveis, nos termos do artigo 833, inciso IX, do [Código de Processo Civil de 2015](#). (REsp 1691882)

Neto absolutamente incapaz que esteve sob guarda do avô tem direito à pensão por morte do tipo vitalícia - 17/02/2021

Em julgamento de embargos de divergência, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) garantiu o direito à pensão por morte do tipo vitalícia a um homem com grave deficiência física e psíquica que era menor de idade e estava sob a guarda de fato do avô materno quando este morreu. (EResp 1104494)

Nomeação de filho como interino em cartório no lugar de pai falecido caracteriza nepotismo póstumo, decide Primeira Turma - 18/02/2021

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que configura nepotismo póstumo a nomeação de responsável temporário pelo expediente de cartório após a morte de seu pai, anterior titular da serventia extrajudicial. Segundo o relator do caso, ministro Sérgio Kukina, é vedada a designação de interino com relação conjugal ou de parentesco com o antigo delegatário, conforme previsão expressa do [Provimento 77/2018](#) da Corregedoria Nacional de Justiça. ([RMS 63160](#))

CNJ

GT sobre sistema de precedentes judiciais realiza primeira reunião - 8/02/2021

O Grupo de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criado para fortalecer os precedentes no sistema jurídico reuniu-se pela primeira vez na segunda-feira (8/2) para definir a metodologia de trabalho. Instituído por meio da [Portaria 240/2020](#), o colegiado tem o desafio de propor ações voltadas ao fortalecimento dos precedentes no sistema jurídico.

Justiça Federal da 3ª Região inicia implantação do Juízo 100% Digital - 9/02/2021

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que atende aos estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo, iniciou neste mês a implantação do [Juízo 100% Digital](#). O [projeto nacional](#) foi instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e viabiliza a execução de todos os atos processuais exclusivamente por meio eletrônico e remoto.

Teletrabalho é ampliado para cargos de chefia e diretoria na Justiça - 9/02/2021

A mudança aprovada no processo nº 0000778-62.2021.2.00.0000 permite o trabalho remoto a servidores que ocupam cargo de direção ou chefia, que tenham subordinados ou que já tenham passado pelo primeiro ano de estágio probatório. Em 2020, mesmo com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), os tribunais apresentaram alta produtividade, em alguns casos com resultados melhores de forma remota do que presencialmente no período anterior.

Atendimento digital passa a ser permanente no Judiciário - 9/02/2021

Em nova ação para desburocratizar e tornar mais ágil o atendimento do Judiciário aos cidadãos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em 9/02, o “Balcão Virtual”. A medida torna permanente o acesso remoto direto e imediato dos usuários dos serviços da Justiça às secretarias das Varas em todo o país. A resolução estabelece que existirá, nos sites dos tribunais, links de acesso para o atendimento virtual, que será realizado por servidores de cada órgão, durante o horário de expediente, como se fosse presencialmente.

Ações trabalhistas durante pandemia garantiram pagamento de R\$ 30 bi - 11/02/2021

A Justiça do Trabalho garantiu, em 2020, o pagamento de mais de R\$ 30 bilhões em dívidas

trabalhistas durante a pandemia, com a conclusão de processos por meio da conciliação ou da execução em 2020. Desse total, R\$ 12,6 bilhões são oriundos de execuções (41,9%), R\$ 13,4 bilhões de acordos entre as partes (44,5%) e R\$ 4 bilhões de pagamentos espontâneos (13,5%). No período, foram encerrados 757.994 processos na fase de execução, que permitiram o pagamento de valores a pessoas que tinham garantido o direito ao recebimento, mas ainda aguardavam o encerramento da ação. Esses recursos foram efetivamente quitados e ajudaram, de alguma forma, a movimentar a economia neste período de agravamento da crise econômica.

Justiça paulista prorroga medidas de prevenção à Covid-19 até final de março - 17/02/2021

A Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) editou o [Provimento nº 2.596/2021](#), que estende o prazo de vigência do Sistema Escalonado de Retorno ao Trabalho Presencial até 31 de março. O documento considera que ainda é delicado o panorama da Covid-19 no estado de São Paulo e que as medidas de enfrentamento da pandemia implementadas até o momento, além de se mostrarem eficientes, não prejudicaram a prestação jurisdicional.

PR: Automação economiza milhares de horas de trabalho na Justiça do Trabalho - 18/02/2021

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9), com jurisdição no Paraná, tem 204 vagas abertas de servidores públicos e apenas 5 liberadas para nomeação pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Para enfrentar esse desafio, em que menos servidores públicos têm de dar conta de mais trabalho, o TRT9 tem um trunfo: robôs. “Investir na automação de tarefas é uma forma de recuperar a força de trabalho perdida”, afirma o juiz Bráulio Gabriel Gusmão, coordenador de projetos que desenvolvem robôs e outras tecnologias para o Tribunal. Na última semana de janeiro, o TRT9 apresentou o Robô Judiciário 1, ou RJ-1. Trata-se de um algoritmo complexo capaz de executar uma série de tarefas necessárias, mas repetitivas, para permitir a realização de audiências por videoconferência.

CJF

Decisão do Presidente do CJF facilita resgate de Precatórios e RPVs por advogados - 8/02/2021

A norma prevista no § 5º do art. 40 da [Resolução CJF n. 458/2017](#) não se aplica aos advogados que já tenham poderes decorrentes da cláusula *ad judicium et extra*, desde que nela constem poderes para dar e receber quitação, e, ainda, seja acompanhada de certidão emitida pela secretaria da vara/juizado em que tramita o processo, atestando a habilitação do advogado para representar o titular do crédito a ser liberado. Precatório é uma requisição de pagamento expedida pela Justiça para determinar que um órgão ou entidade pública pague determinada dívida, resultante de uma ação judicial para qual não cabe mais recurso (trânsito em julgado). Nessa mesma definição se enquadra a requisição de pequeno valor (RPV). Para saber mais sobre precatórios, acesse a cartilha eletrônica [aqui](#).

Trabalho e Previdência

Ação de força-tarefa evita saque de aposentadoria com documento falso - 5/02/2021

A atuação da Força-Tarefa Previdenciária e Trabalhista do Piauí possibilitou a prisão em flagrante, em 5/2, de um homem que tentava sacar prestações de aposentadoria previdenciária por idade utilizando documento falso. O flagrante foi feito em uma agência da Caixa Econômica Federal no centro de Teresina, capital do Piauí.

Operação desarticula esquema que falsificava documentos para fraudar a Previdência 9/02/2021

Força-Tarefa Previdenciária e Trabalhista deflagrou, na terça-feira (9/2), a Operação Impostore, com o objetivo de desarticular um esquema criminoso que utilizava documentos falsos para fraudar a Previdência Social. Os criminosos falsificavam os documentos e realizavam perícias médicas em nome de terceiros em diversos municípios do Mato Grosso do Sul.

INSS e Funai assinam acordo para ampliar o acesso de indígenas a benefícios previdenciários - 11/02/2021

Os presidentes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Leonardo Rolim, e da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Xavier, celebraram em 11/02, na sede da Funai, em Brasília, um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que permite o requerimento de benefícios previdenciários a indígenas na modalidade à distância por meio do INSS Digital. O acordo possibilita que a Funai e suas unidades descentralizadas realizem, em favor dos povos indígenas, o requerimento à distância de serviços rurais do INSS, tais como aposentadoria por idade, pensão por morte, salário-maternidade, auxílio-reclusão, seguro defeso - pescador artesanal, auxílio-doença, além de revisão e recursos desses serviços e cópias de processos.

Força-Tarefa alcança a marca de mil ações conjuntas - 12/02/2021

A Força-Tarefa Previdenciária e Trabalhista alcançou, em 2020, a marca de mil ações conjuntas realizadas em 20 anos de trabalho. Durante esse período, foram cumpridos 9.612 mandados judiciais, sendo 2.553 de prisão, 5.791 de busca e apreensão, 1.133 de condução coercitiva e 135 mandados de suspensão de atividade. De acordo com a Coordenação-Geral de Inteligência Previdenciária e Trabalhista (CGINT) da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT), tais ilícitos provocaram um prejuízo estimado de pelo menos R\$ 5,8 bilhões. No entanto, a desarticulação desses esquemas criminosos proporcionou uma expectativa de economia estimada em pelo menos R\$ 2,5 bilhões.

Secretaria de Previdência lança cartilha de educação financeira para idosos - 17/02/2021

A Secretaria de Previdência lança em seu portal a cartilha "[Educação Financeira para Pessoas Idosas - Guia para aposentados e pensionistas do INSS](#)", para disseminar princípios de educação financeira que auxiliem na tomada de decisões mais conscientes com relação ao uso dos recursos financeiros de aposentados e pensionistas. Elaborada com linguagem simples, o objetivo da cartilha é contribuir para evitar o endividamento dos idosos. Entre os temas da cartilha estão as formas de acesso ao benefício, as modalidades de crédito, a prevenção contra golpes e fraudes, além de informações adicionais sobre direitos das pessoas idosas.

Carteira de Trabalho Digital ultrapassa 303 milhões de acessos - 18/02/2021

Mais de 303 milhões de pessoas já acessaram a Carteira de Trabalho e Previdência Social Digital (CTPS) desde seu lançamento em janeiro de 2019. Fruto de uma iniciativa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia com a parceria tecnológica da Dataprev, a CTPS evita que o cidadão tenha que ir presencialmente retirar o documento.

MPT

MPT, Correios e OIT lançam selo comemorativo para marcar o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil

Em uma ação conjunta, o Ministério Público do Trabalho (MPT), os Correios e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançam um selo comemorativo para marcar o Ano Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil. A data foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU em 2019, tendo a OIT sido escolhida como a facilitadora de sua organização e da implementação das respectivas ações. Seu principal propósito é instar os governos a fazerem o que for necessário para atingir a Meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

Justiça determina cumprimento da lista prioritária sob pena de multas de até R\$ 500 mil e bloqueio de verbas públicas - 8/02/2021

Decisão proferida no sábado (6/02) pela Justiça Federal atende pedido dos MPs e prevê multa de R\$ 300 mil por cada idoso diagnosticado com Covid-19 que morrer sem ter sido imunizado.

Sindicatos não podem reduzir cota de aprendizagem e PCD em negociação coletiva

A decisão liminar da Justiça do Trabalho de São Paulo é resultado de ACP ajuizada pelo MPT e determina que o SINDEEPRES e SINDEPRESTEM se abstenham de firmar convenções coletivas afastando a cota legal para contratação de aprendizes e trabalhadores com deficiência. Segundo a investigação no MPT, a convenção coletiva em vigência firmada pelos sindicatos possuía cláusulas discriminatórias na contratação de pessoas com deficiência (PcD), prevendo que apenas os empregados pertencentes ao setor

administrativo serviriam de base de cálculo para fins de cumprimento da cota legal. O mesmo ocorria em relação a contratação de aprendizes, que estava limitada às funções administrativas.

Para MPT, vacinação contra a Covid-19 é direito-dever de empregadores e empregados - 9/02/2021

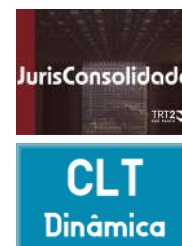
O Ministério Público do Trabalho (MPT) entende que a vacinação contra a Covid-19 é direito-dever de empregadores e empregados em atenção ao Plano Nacional de Vacinação, considerando-se os aspectos epidemiológicos que exigem a vacinação em massa para contenção e controle da pandemia. Para a instituição, é importante destacar também a recente decisão do Supremo Tribunal Federal e as legislações pertinentes, que determinam a obrigatoriedade da vacinação.

Em flagrante de trabalho escravo, fazenda em Porto Murtinho paga R\$ 1,2 milhão de danos morais e transforma sonhos dos resgatados - 17/02/2021

A partir de atuação da Fiscalização do Trabalho que resgatou 17 trabalhadores em situação análoga à de escravo em uma propriedade rural no município de Porto Murtinho, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, o Ministério Público do Trabalho (MPT-MS), realizou, em 10/02, audiência extrajudicial com o intuito de ultimar o pagamento das verbas rescisórias e demais direitos trabalhistas, com destaque para o dano moral individual, que somou mais de R\$ 718 mil.

O **INFORMATIVO TRT2** é elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental, com periodicidade quinzenal. Para recebê-lo por e-mail, cadastre-se no serviço [JurisMail](#). Para deixar de receber essa publicação basta excluir seu e-mail em [alteração de cadastro](#). Conheça também o [INFORME EXECUÇÃO TRT2](#), que mensalmente reúne soma de decisões deste Regional sobre temas relacionados à execução trabalhista e sinopse de notícias e normas relevantes à matéria.

Nossas publicações:



INFORMATIVO TRT2

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª Região
Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental
Edifício Sede - Rua da Consolação n° 1272, 2° andar, Centro
CEP 01302-906 - São Paulo - SP
PABX (11) 3150-2000. Ramais 2314, 2828, 2359 e 2826